



6

# Contribuição social, cultural e artística

# SUMÁRIO

Este é o sexto de uma série de 10 fascículos temáticos que compõem o livro *FAPESP 60 anos: Ciência, cultura e desenvolvimento*, em comemoração ao aniversário de seis décadas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Para ver o conteúdo completo do projeto, aponte a câmera do seu celular para o Código QR abaixo, ou acesse diretamente [60anos.fapesp.br/livro](http://60anos.fapesp.br/livro)



## **As humanidades podem melhorar as ciências humanas** 2

[ARTIGO] Renato Janine Ribeiro

## **Um abrigo científico para a cultura** 6

## **Ciências humanas e sociais, pilares da democracia** 22

## **Desobedecer é preciso (Notas sobre a pesquisa artística)** 38

[ARTIGO] Giselle Beiguelman

## **Um tratamento especial para as artes** 42

# AS HUMANIDADES PODEM MELHORAR AS CIÊNCIAS HUMANAS



Renato Janine Ribeiro | Professor da USP, presidente da SBPC e ex-ministro da Educação

**H**oje em dia se usam os termos humanidades e ciências humanas quase como sinônimos — ou, ainda, como uma fusão de três áreas do conhecimento na tabela que o CNPq criou e a Capes e outras entidades utilizam, a saber, as ciências humanas, as ciências sociais aplicadas e, finalmente, linguística, letras e artes. Na verdade, porém, seus significados são distintos. O que caracteriza a ciência é o progresso. O importante é seu último resultado, num ambiente de constante contestação e polêmica — por isso, aliás, na pesquisa de ponta, o “último resultado” nunca é um só, nem é harmônico ou consensual. Seu progresso decorre de conflitos, mas todas as ciências são altamente devedoras da adoção do método geométrico, digamos que por Descartes, e experimental, digamos que devido a Francis Bacon.

Já as humanidades não conhecem progresso. Ilustro com minha área, a filosofia: não se pode dizer que Aristóteles refute Platão. Cada grande filosofia é um todo coerente e consistente. Óbvio que pode haver aprimoramentos, avanços incrementais dentro dela — mas a crítica de Aristóteles a Platão, ou de Hegel a Kant, parte de princípios e regras de derivação conceitual que são externos ao autor criticado. Assim, quando Rousseau critica Hobbes, é a partir de ideias de Rousseau, não de falhas internas de Hobbes. Daí que tenhamos umas 20 ou 30 grandes filosofias ao longo da história ocidental, irrefutáveis uma pela outra, e tendo, talvez todas, ainda algo a dizer a quem vive hoje. Um exemplo basta: que o debate frequente sobre a influência das cenas violentas no cinema sobre o comportamento retoma a polêmica entre a *mimesis* de Platão (sim, a violência influencia quem a vê) e a catarse de Aristóteles (não, ver a violência nos purga de nossos desejos agressivos). Filosofias continuam vivas.

O mesmo vale para as artes e a literatura, que se somam à filosofia para compor a tríade do que seriam, hoje, as humanidades. Há progresso de Fídias a Da Vinci? Ou de Cervantes a Flaubert? Pode haver avanços técnicos, mas o que mais há são mudanças — uso de propósito a palavra — de perspectivas. Justamente, a perspectiva é uma descoberta ou invenção renascentista. Mas, se ela nos dá a ver as coisas de outra maneira, isso não significa que esta seja melhor que a anterior. E isso sem contar os parentescos entre obras distantes. Falei de Cervantes e Flaubert: ora, o *Quixote*, primeiro grande romance moderno, e *Madame Bovary*, segundo muitos o último romance na forma do herói em conflito com

a sociedade, tratam ambos do perigo de acreditar demais na leitura de romances. Nem por isso a burguesa provinciana do século XIX é superior ao cavaleiro manchego de 1600.

E qual o papel das humanidades junto às ciências? Penso que elas podem inculcar uma percepção melhor das diferenças de perspectivas (desculpem repetir a palavra...). Vejamos uma ciência, a antropologia: no respeito à diversidade de culturas, ela as trata como se fossem parte das humanidades. Uma cultura não é melhor do que outra, apenas é diferente. O mesmo que duas escolas artísticas. Posso preferir o expressionismo ao impressionismo, mas isto é gosto, não é juízo de valor. Aliás, a antropologia forma, com a fenomenologia e a psicanálise, uma espécie de tróica. As três lidam com significações dos atos. Por longo tempo se acreditou numa caricatura da psicanálise, segundo a qual um charuto sempre significaria um objeto fálico. Mas quem conhece melhor a psicanálise sabe que as associações variam muito, dependendo da significação que cada pessoa atribui aos objetos e atos em função de sua própria vivência.

Anos atrás, fui convidado pela então pró-reitora de graduação da USP, a saudosa Ada Pellegrini Grinover, a conceber um curso interdisciplinar de graduação em ciências humanas, e à medida que pensava o converti em curso de humanidades.<sup>1</sup> Por quê? Porque mesmo nas ciências humanas, em que pese seu caráter de ciência e, portanto, sua filiação ao critério de falseabilidade de Popper, bem como a importância do caráter empírico da maior parte delas, as polêmicas lembram as

---

<sup>1</sup> O projeto saiu em livro como *Humanidades: um novo curso na USP*, Edusp, 2001. O curso, porém, jamais foi aprovado na USP.

diferenças que temos nas artes, literatura e filosofia. Não há ciência sem polêmica, ou, se preferirem, sem debate, divergência: ora, cada linha divergente se coloca, frente às demais, como uma escola artística, literária ou filosófica perante as outras. As humanidades assim ajudam a fazer, da ciência, uma criação. Alguns pensam que a ciência é quase um automatismo e que a criatividade estaria nas artes. Não é verdade: as ciências exigem imaginação, tal como as artes. Por isso, a conclusão é bem simples: as humanidades podem inspirar as ciências.

Não se trata, embora possa ser muito bom, de usar artes, literatura e talvez filosofia para *ilustrar* um ensino. Sem dúvida, um curso sobre a pobreza a partir de *Vidas secas* será fascinante e enriquecedor. Mas falo da pesquisa mesma, não do ensino. Deveríamos nos acostumar a ler os fenômenos de distintas maneiras. No curso que propus para a USP, pretendia que alunos usassem o instrumental da antropologia para discutir a política, o da ciência política para debater os povos mais antigos, em suma, fazer uma grande troca de olhares e objetos. Porque, ao fim e ao cabo, cada escola artística, literária e filosófica — ou científica — é uma questão de óculos. Enquanto as ciências humanas querem os óculos mais modernos, ou ver o objeto o melhor possível, as humanidades aceitam todos os óculos disponíveis. Essa é sua riqueza, o que faz que a história da arte, filosofia e literatura não seja apenas uma prévia do presente, mas toda ela, simultaneamente, viva. —



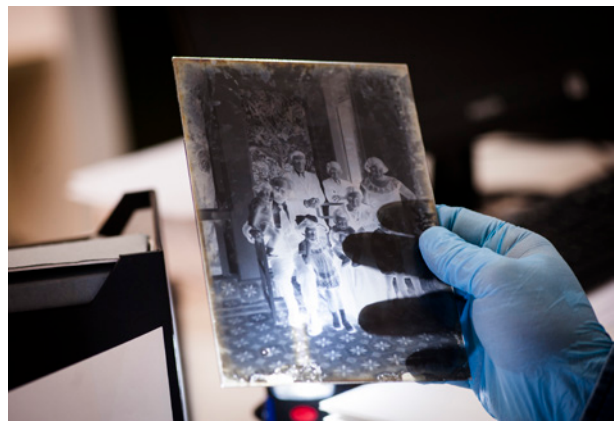


Fachada do Museu Paulista, também conhecido como Museu do Ipiranga, e parte do jardim do Parque da Independência

## UM ABRIGO CIENTÍFICO PARA A CULTURA

Fechado em 2013 por conta do mau estado de conservação, o Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP) — popularmente conhecido como Museu do Ipiranga — começou a ser restaurado em 2019. Orçado em R\$ 178 milhões, o projeto de revitalização e modernização é custeado com recursos da iniciativa privada doados via incentivos fiscais. Porém, para que a reforma começasse, foi necessário antes transferir todo o acervo do museu para imóveis alugados pela USP no bairro do Ipiranga, na capital paulista. Apesar do acesso restrito ao público, não houve paralisação das atividades de ensino e pesquisa. Isso porque





A arqueóloga Mariane Ferreira, da USP, examina materiais do Museu Paulista (esquerda); negativo em vidro da coleção de Benedito Calixto, parte do acervo do museu, que será reaberto em 2022

os imóveis foram adaptados para funcionar como reservas técnicas e laboratórios, o que só foi possível graças a financiamento concedido pela FAPESP por meio do Programa de Apoio à Infraestrutura de Pesquisa.

“Com esses recursos, equipamos três galpões e duas casas com mobiliário apropriado para armazenar os 450 mil itens que compõem o acervo”, informa a historiadora Solange Ferraz de Lima, pesquisadora e presidente da Comissão de Cultura e Extensão Universitária do Museu Paulista, do qual foi diretora entre 2016 e 2020. “São milhares de documentos e objetos, entre moedas, obras de arte e carruagens, que há tempos despertam o interesse de pesquisadores dedicados a estudar a cultura material e a sociedade brasileira sobretudo dos séculos XIX e XX.” Ao todo, a FAPESP investiu cerca de R\$ 1,6 milhão no projeto.

No palácio do Ipiranga, onde desde 1894 funciona o museu, ficaram apenas obras maiores, como o quadro *Independência*



Estátua de D. Pedro I foi protegida com tapumes durante a obra

*ou morte*, de Pedro Américo (1843-1905), que não foi retirado por questões logísticas. Após a conclusão da reforma, cerca de 4 mil itens retornarão ao edifício-monumento para a reabertura do museu ao público, prevista para 7 de setembro de 2022, em comemoração ao bicentenário da Independência do Brasil. O restante do acervo será mantido nos espaços alugados até que um local definitivo para a reserva técnica seja encontrado. “Sem a infraestrutura montada com apoio da FAPESP, o patrimônio do museu poderia sofrer danos irreversíveis, comprometendo o desenvolvimento de estudos nas áreas de humanidades, ciências sociais e artes”, destaca Lima.

O caso do Museu Paulista ilustra como a FAPESP desempenha um papel de destaque no fortalecimento da cultura no estado de São Paulo e no país, numa dimensão que extrapola o fomento direto a projetos de pesquisa. “O auxílio financeiro à conservação e manutenção de arquivos, museus e bibliotecas certamente reverbera na produção do

conhecimento”, pontua Lima. “Mais do que isso, favorece a preservação do patrimônio e da memória histórica nacional e da humanidade, também garantindo acesso livre a uma vasta documentação que enriquece o debate público sobre temas políticos e culturais, tais como democracia, direitos humanos e cidadania.”

Isso fica evidente, também, no processo de modernização do Arquivo Público do Estado de São Paulo, apoiado pelo programa de infraestrutura da FAPESP entre 2011 e 2012. O órgão recebeu cerca de R\$ 1,7 milhão, quantia usada na compra de equipamentos para a digitalização de documentação histórica, como o arquivo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops), principal órgão da polícia política paulista, extinto em 1983.

Com isso, foi possível disponibilizar um acervo digitalizado na internet, no site Memória Política e Resistência, que reúne mais de 314 mil fichas e 12 mil prontuários, num total de mais de 1 milhão de imagens, produzidos pelo Deops e pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops) em um período que abrangeu duas ditaduras brasileiras: o primeiro governo Vargas (1930-1945) e o regime militar (1964 a 1985). A digitalização trouxe à tona diversos documentos raros que estavam esquecidos, ajudando a aperfeiçoar o trabalho de pesquisadores nos últimos anos.

O apoio à infraestrutura de pesquisa, nesse sentido, pode estimular projetos de importância cultural, e não apenas científica, avalia Luiz Henrique Lopes dos Santos, professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e coordenador adjunto da Diretoria Científica da FAPESP. Ele conta que a preocupação da Fundação



Scanner de digitalização de documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que guarda documentos da ditadura militar (1964-1985)

em incluir a infraestrutura da cultura como parte da infraestrutura de pesquisa remonta ao início da década de 1990.

“Foi o professor Flávio Fava de Moraes, diretor científico da FAPESP entre 1985 e 1993, quem reforçou essa noção dentro da agência”, relata Santos. Fava defendeu uma concepção mais ampla de ciência, reconhecendo contribuições científicas das artes e das ciências humanas na geração de conhecimento. “A partir daí, ficou claro que não apenas as ciências exatas e naturais, mas também as humanidades, necessitavam de apoio perene no âmbito da pesquisa.” No período anterior, do governo militar, as ciências sociais e humanas foram fortemente reprimidas e havia dificuldade para obter financiamento público.

Desde o início, a FAPESP já contemplava o apoio às humanidades em seus estatutos, mas a definição mais abrangente

de ciência — na linha pensada por Fava — só foi formalmente adotada pela instituição em seu *Código de boas práticas científicas*, lançado em 2011. Nele, entende-se ciência como “todo corpo racionalmente sistematizado e justificado de conhecimentos, obtido por meio do emprego metódico da observação, experimentação e raciocínio”.

“Embora essa concepção tenha demorado um pouco para aparecer em um documento oficial da FAPESP, os diretores que sucederam Fava já haviam incorporado essa percepção desde meados dos anos 1990, ainda que informalmente”, observa Santos, que coordenou a elaboração do Código. Por isso, quando o debate sobre a necessidade de se aprimorar a infraestrutura de pesquisa entrou na agenda do Conselho Superior da FAPESP, arquivos, museus e bibliotecas não foram esquecidos. “Se um laboratório de física ou engenharia poderia receber ajuda da FAPESP, um museu ou uma biblioteca também estariam aptos, afinal são locais onde se faz pesquisa científica”, reflete Santos.

A ideia de se criar um programa voltado para infraestrutura nasceu após a Fundação receber relatos de que, no geral, as condições materiais disponíveis para os cientistas eram precárias no estado de São Paulo. “Muitos pesquisadores reclamavam da infraestrutura de suas instituições, o que comprometia suas atividades”, recordou Fava em depoimento para o livro *FAPESP 50 anos — Meio século de ciência*, organizado em 2015 pelo historiador da ciência Shozo Motoyama (1940-2021).

O problema era que, por lei, a agência paulista não estava autorizada a custear obras como conserto de telhado, substituição de rede elétrica e reforma de banheiro. “Não

havia mecanismos legais que garantissem a compra de equipamentos e a contratação de reformas via FAPESP”, explica Joaquim José de Camargo Engler, diretor administrativo da FAPESP entre 1993 e 2017. “A Fundação tem por finalidade dar suporte financeiro a projetos de pesquisa. Aprimoramento de infraestrutura sempre foi responsabilidade das universidades.” No entanto, elas não dispunham de recursos para isso, salienta Engler, que hoje é coordenador técnico do gabinete da presidência do Conselho Técnico-Administrativo (CTA) da FAPESP.

A saída encontrada foi elaborar uma estratégia, de caráter temporário, que pudesse estancar o progressivo sucateamento de laboratórios e outras instalações científicas. Criou-se, então, em 1994, o Programa Emergencial de Apoio à Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa do Estado de São Paulo. “Por meio dele a FAPESP podia repassar recursos para a reforma de laboratórios e a renovação de arquivos, museus e bibliotecas”, diz Engler. “Também permitia a aquisição de equipamentos, desde que as transformações beneficiassem diretamente o desenvolvimento da pesquisa em instituições paulistas.”

A iniciativa foi encerrada em 1999, quando foi superada a situação emergencial que justificava sua existência. Percebeu-se, porém, que os impactos do programa não haviam sido apenas pontuais, sublinha Santos. “Houve efeitos de médio e longo prazos que ajudaram na consolidação do sistema paulista de pesquisa.” Esse fato foi decisivo quando a agência decidiu transformá-lo em um mecanismo permanente, rebatizado de Programa de Apoio à Infraestrutura de Pesquisa, na virada dos anos 1990 para os 2000.

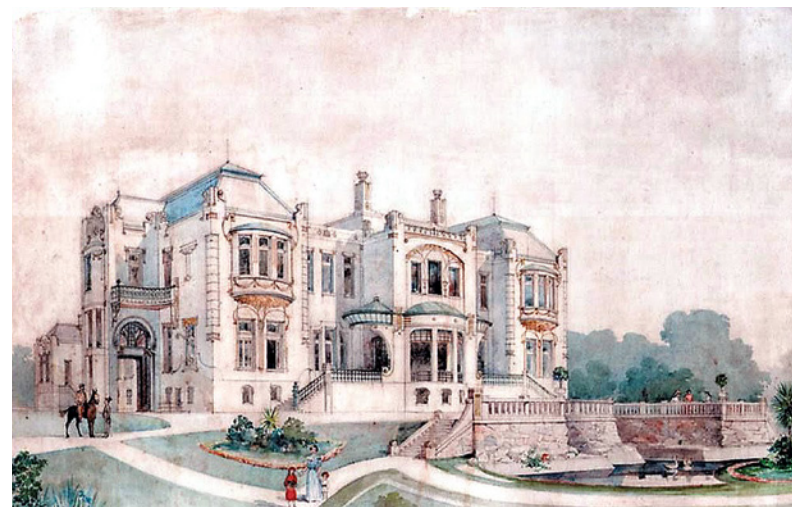


### Ambientes renovados

Um dos primeiros beneficiados pelo programa no campo da cultura foi o Museu de Arte Contemporânea (MAC), que pertence à USP desde 1963. Ao assumir a direção do museu em 1998, o crítico de arte José Teixeira Coelho Netto encontrou uma situação calamitosa na sede que fora inaugurada na Cidade Universitária, no bairro do Butantã, em 1992. Apenas uma porta de vidro separava a rua da área interna de exposição, onde se encontravam obras valiosas de artistas como o espanhol Pablo Picasso e o francês Henri Matisse. “Para piorar, não havia ar-condicionado e o sistema de proteção contra incêndio não era o mais adequado”, lembra Teixeira Coelho.

“O prédio era uma verdadeira estufa. Tão quente, que nem o público nem os pesquisadores e funcionários aguentavam ficar muito tempo no museu.” Antes que o acervo sofresse deterioração por umidade ou fosse roubado, Teixeira Coelho submeteu projeto para o programa de infraestrutura da FAPESP, uma vez que a estrutura precária do MAC impunha obstáculos para a condução de pesquisas em suas dependências.

A agência concedeu verba de R\$ 2,7 milhões para reformar o edifício, reformulando o espaço de exposições e os laboratórios de conservação e restauro. “O museu ganhou sistemas de climatização e iluminação especiais, trazendo mais conforto para visitantes e pesquisadores”, conta Teixeira Coelho, que dirigiu o MAC até 2002 e atualmente é pesquisador do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. Para ele, um dos méritos do programa da FAPESP é evidenciar que toda pesquisa, inclusive no âmbito das humanidades, tem uma dimensão infraestrutural.



Projeto de Carlos Ekman para a Vila Penteados, que veio a ser a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo à rua Maranhão, a FAU Maranhão

Na mesma época, o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) da USP passava por uma fase de modernização, que incluía aportes para aperfeiçoamento de infraestrutura via FAPESP. “Esse apoio foi crucial para ampliar o processo de atualização das bibliotecas da USP com reformas de instalações físicas e renovação de equipamentos e mobiliários adequados às novas modalidades de serviços aos usuários”, explica a bibliotecária Rosaly Favero Krzyzanowski, assessora do CTA da FAPESP. No início dos anos 1990, ela integrava o conselho técnico do SIBi-USP. “Vi de perto essa transformação radical, também marcada pela chegada da internet na universidade.”

Krzyzanowski chama a atenção para o fato de que a FAPESP colaborou não apenas para reformas de bibliotecas, mas também para a criação de outras novas. “Foi o caso, por exemplo, da biblioteca da pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.” A agência financiou a

reforma de uma das salas da antiga residência da família Álvares Penteado, na rua Maranhão, no bairro de Higienópolis, na capital paulista, para abrigar a biblioteca.

O palacete de 1.500 metros quadrados foi construído em 1898 e, no início dos anos 2000, encontrava-se em estado precário, com cupins. As obras, que demandaram orçamento de R\$ 200 mil, mobilizaram um grupo de especialistas, como engenheiros, arquitetos, historiadores e químicos, a fim de executar um projeto de restauração que respeitasse as características materiais e estéticas do prédio centenário, projetado em estilo *art nouveau*.

### Estímulos à digitalização

Na visão de Engler, o apoio à infraestrutura de pesquisa tem sido central para o desenvolvimento de um campo interdisciplinar conhecido como humanidades digitais. “Trata-se da pesquisa que, entre outras coisas, incorpora a tecnologia computacional a estudos em humanidades.” Esse campo de investigação depende fortemente da digitalização de acervos artísticos e históricos. Isso, por sua vez, exige que as instituições científicas disponham de equipamentos apropriados para digitalizar documentos com alto risco de danos, ressalta o historiador Aldair Rodrigues, pesquisador do Centro de Humanidades Digitais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

“A FAPESP tem sido peça-chave para que muitos arquivos passem para a era digital”, avalia Rodrigues, que é diretor acadêmico do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp, que reúne um dos maiores acervos da América Latina dedicado à história social. Nos últimos anos, o AEL recebeu recursos da



Interior da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, na USP

Fundação para adquirir *scanners* e câmeras de última geração, que permitiram digitalizar documentos como aqueles que compõem o projeto Brasil: Nunca Mais, que reúne informações de mais de 700 presos políticos do regime militar. Dos 11 equipamentos instalados atualmente no AEL — e que podem ser usados por qualquer pesquisador e entidade da sociedade civil mediante solicitação —, sete foram comprados com recursos do Programa de Apoio à Infraestrutura de Pesquisa da FAPESP.

Parte desses equipamentos é utilizada pelo sociólogo Mário Augusto Medeiros da Silva, professor da Unicamp e vice-diretor do AEL, em uma pesquisa sobre a história do ativismo político negro no estado de São Paulo em finais da década de 1970. “A investigação envolve a digitalização, a catalogação e uma análise profunda da documentação produzida por organizações do movimento negro paulista, como o





Fachada da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, na USP

Movimento Negro Unificado e o Geledés Instituto da Mulher Negra”, conta Silva. “São centenas de cartazes, panfletos e documentação textual até então desconhecidos do público e da comunidade científica, que podem fornecer novas pistas para entender a história da luta antirracista.”

Para o historiador Pedro Puntoni, professor da USP, ao prover recursos para infraestrutura de digitalização de livros, a FAPESP ajudou a potencializar a qualidade da pesquisa nas ciências humanas. “Informações que eram difíceis de garimpar manualmente agora podem ser acessadas remotamente, de maneira simples e organizada”, salienta Puntoni, que dirigiu a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da USP entre 2007 e 2014 e desenvolveu a Biblioteca Brasileira Digital. Graças à aquisição de um *scanner* de última geração,

LÉO RAMOS CHAVES / PESQUISA FAPESP

mediante apoio da FAPESP, foi possível digitalizar cerca de 4,8 mil volumes da coleção do bibliófilo José Mindlin (1914-2010) e disponibilizá-los on-line.

### Disseminação da cultura científica

O fortalecimento da cultura promovido pela FAPESP também se desdobra em ações de ampliação da cultura científica. Isso significa que, além do apoio direto a projetos de pesquisa e de infraestrutura, a agência paulista criou um arcabouço para difundir o conhecimento científico na sociedade. “O desenvolvimento científico é em si um processo cultural”, afirma o linguista Carlos Vogt, professor da Unicamp e presidente da FAPESP entre 2002 e 2007. “A cultura científica, portanto, envolve não apenas a produção de conhecimento e sua difusão entre os pares acadêmicos, mas também sua disseminação em iniciativas educacionais e de divulgação científica.”

Nessa perspectiva, a FAPESP criou em 1999 o Programa José Reis de Incentivo ao Jornalismo Científico, mais conhecido como MídiaCiência. A iniciativa, que faz referência ao médico José Reis (1907-2002), pioneiro da divulgação científica no país, busca estimular a formação de profissionais capazes de lidar com a informação sobre ciência e tecnologia na imprensa ou em instituições de ensino e pesquisa.

“O bolsista do MídiaCiência não atua apenas como divulgador científico”, ressalva Santos, que participou da elaboração do programa. “O beneficiário realiza uma pesquisa jornalística, que pode resultar em conteúdos de divulgação em diferentes mídias, como jornal, revista ou internet, e que são desenvolvidos em paralelo ao cumprimento de um programa de estudos no campo da comunicação da ciência.”



Em 2020, a FAPESP desembolsou mais de R\$ 470 mil com 13 projetos vigentes do MídiaCiência e contratou nove bolsas de jornalismo científico.

Um dos méritos do programa é valorizar a figura do divulgador científico dentro de grupos de pesquisa, observa o jornalista Guilherme Henrique Vicente, bolsista do MídiaCiência no *Governança ambiental da macrometrópole paulista face à variabilidade climática*, ou MacroAmb, um projeto temático apoiado pela FAPESP. Muito frequentemente, diz ele, os pesquisadores não têm tempo nem *expertise* para desenvolver atividades de comunicação por conta própria. “Por isso a inserção de bolsistas especializados em divulgação científica no ambiente acadêmico é essencial para promover o diálogo entre cientistas e sociedade em geral”, diz o jornalista.

A disseminação da cultura científica também se faz presente pelos canais de comunicação da própria FAPESP, mais especificamente pela revista *Pesquisa FAPESP* e pela *Agência FAPESP*. O primeiro passo foi dado em 1995, com a criação do informativo *Notícias FAPESP*, sob o comando da jornalista Mariluce Moura. “A publicação começou com distribuição gratuita para pesquisadores paulistas, gestores de política científica e jornalistas. Em 1999, evoluiu para a revista”, diz Santos, que é coordenador científico da *Pesquisa FAPESP* desde o lançamento.

Dedicada à cobertura jornalística da produção científica e tecnológica brasileira, a revista tem tiragem média mensal de quase 30 mil exemplares e, embora conte com assinaturas pagas e seja comercializada em bancas, seu conteúdo é de acesso aberto e gratuito na internet. Nos últimos anos, a *Pesquisa FAPESP* se tornou referência em jornalismo de ciência




Milhares de pessoas visitaram a exposição *Revolução genômica*, no Parque do Ibirapuera, entre fevereiro e julho de 2008

no país, repercutindo no exterior por meio das edições impressas e on-line publicadas em inglês, espanhol e francês.

Enquanto a revista produz reportagens de fôlego, mais analíticas, a *Agência FAPESP* dedica-se mais ao *hard news*, isto é, notícias sobre fatos recentes e que devem ser divulgados em primeira mão. “Não que a agência não produza reportagens mais longas e densas, mas o foco é outro: divulgar o que há de mais novo sendo produzido por pesquisadores financiados pela FAPESP”, explica Santos. A *Agência FAPESP* entrou no ar em junho de 2003, criada por Vogt, pela jornalista Maria da Graça Soares Mascarenhas (1947-2019) e pelo jornalista Heitor Shimizu.

Para além de seus veículos de comunicação, a FAPESP também procura promover a cultura científica ao apoiar eventos como as exposições *Revolução genômica*, que atraiu 150 mil pessoas de fevereiro a julho de 2008, e *Einstein*, sobre a vida e obra do físico alemão Albert Einstein (1879-1955) — ambas montadas no Parque do Ibirapuera, em São Paulo. —



## CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, PILARES DA DEMOCRACIA

A facção PCC (Primeiro Comando da Capital) realizou uma série de ataques em São Paulo em 2006, incluindo atear fogo em ônibus, como este em Cidade Tiradentes

EVELSON DE FREITAS / ESTADÃO CONTEÚDO / AE

A s humanidades têm a tradição de colocar o dedo nas feridas enquanto cultivam a cidadania alicerçada na história não falsificada. Não à toa são alvos preferenciais de governos autoritários, justamente por serem os esteios da democracia em seu sentido mais amplo, emancipador e concreto, ainda que seus “produtos” sejam em geral imateriais. O ataque mais *soft* a essas ciências segue um roteiro manjado: a velha retórica de que ciência boa é aquela que gera tecnologia e que as ciências humanas e sociais não passam de abstrações teóricas descartáveis, sem aplicabilidade prática.



Equívoco total. “O discurso da busca de utilidade imediata parece ingenuamente positivo, mas na verdade é uma tentativa de coibir o pensamento crítico, sem o qual a sociedade não tem como se orientar, fica totalmente no escuro”, diz André Singer, professor titular do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

Ciente disso, desde a sua gênese, em 1962, a FAPESP assegura essa reflexão imprescindível sobre a sociedade, amparando as ciências humanas e sociais com bolsas, recursos financeiros e atenção equânime em seus programas de pesquisa e canais de divulgação científica. Os temas de investigação dos pesquisadores auxiliados pela agência são os mais diversos: do resgate do pensamento no período colonial brasileiro aos estudos pós-coloniais; da lógica da guerra no século XXI ao *modus operandi* de milícias e facções criminosas; do golpe militar no Brasil em 1964 — e seus ecos persistentes na atualidade — às razões subjacentes da crise política em que o país mergulhou de cabeça em 2013.

“A FAPESP sempre tratou a área de humanidades com todo respeito e dedicou espaço importante para a pesquisa nessa área. Então essa questão para a agência é muito bem resolvida”, diz a jornalista e doutora em ciência política pela USP Glenda Mezarobba, que trabalhou na Fundação por dez anos e há quatro é editora de Humanidades da revista *Pesquisa FAPESP*. “Não é assim em todas as agências, nem é assim no mundo inteiro. Recebi delegações que se espantavam ao ver como a gente dedicava o mesmo tratamento e via com os mesmos bons olhos e curiosidade as propostas na área de humanidades”, afirma a pesquisadora, pioneira no Brasil dos



Repressão a manifestação em Porto Alegre (RS), no dia do golpe militar, 1º de abril de 1964



Batalha da Maria Antônia: confronto entre alunos da USP e membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), 3 de outubro 1968



estudos sobre justiça de transição — como os Estados lidam com o legado de graves violações aos direitos humanos. Em 2011, ela assessorou a elaboração do anteprojeto da lei de criação da Comissão Nacional da Verdade, na qual atuou como consultora após sua instalação.

De 2011 a 2020, por exemplo, a FAPESP desembolsou mais de R\$ 11 bilhões no fomento a bolsas e projetos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Deste total, ciências humanas e sociais recebeu mais de R\$ 1,2 bilhão (10,86%). A área interdisciplinar, que também pode englobar cientistas de humanidades, ficou com R\$ 910,5 milhões (8,23%). Com a ressalva importante de que as pesquisas nessa área tradicionalmente custam bem menos do que nas outras, por não exigirem o emprego de grandes equipamentos e laboratórios. Menos dinheiro, portanto, neste caso, não significa menos apoio ou menor relevância.

“É um investimento barato”, diz o pesquisador Alcir Pécora, professor de literatura do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A ideia de que só as chamadas ciências duras merecem investimento, porque são elas que trazem algum tipo de desenvolvimento, é um equívoco completo, segundo ele. “Basta ver que nas melhores universidades do mundo — e isso eu ouvi da boca de reitores — o consenso é que nunca chegariam a ocupar o primeiro plano enquanto as humanidades também não chegassem lá, e isso implica investimentos”, conta o autor e organizador de meia centena de livros, entre os quais *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política nos Sermões de Vieira* (Edusp/Editora da Unicamp, 1994), *Por que ler Hilda Hilst* (Globo, 2005) e *Plínio Marcos — Obras teatrais* (Funarte, 2017).



Hilda Hilst (1930-2004), uma das maiores escritoras, dramaturgas e poetas do Brasil no século XX. O crítico literário Alcir Pécora é responsável pela organização e plano de edição das *Obras reunidas* da escritora

Na avaliação de Elena Brugioni, colega de Pécora no IEL e professora de literaturas africanas comparadas e estudos pós-coloniais da Unicamp, a ideia de que a retribuição que uma área tem de dar à sociedade precisa ser medida em termos de *commodities* é um fenômeno internacional. “Lamentavelmente o sistema em que vivemos, um capitalismo neoliberal desenfreado, vai incutindo essa noção de império exclusivo do valor econômico, como se fosse o único que faz as pessoas terem uma vida plena”, diz a pesquisadora. “As humanidades são tão maltratadas assim justamente por serem instrumentos para derrubar esse tipo de lógica. E é seu déficit que está levando a civilização a situações tão constrangedoras e violentas.”

“Sendo realista, é compreensível que no tipo de sociedade em que a gente vive as prioridades sejam dirigidas a conhecimentos que orbitam uma razão prática”, pondera o antropólogo Piero de Camargo Leirner, professor do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). “Mas o que me chama a atenção, sobretudo, é a dicotomia entre ‘internacionalizado’ e ‘local’, que vale tanto para o pesquisador quanto para seus objetos.” Ele usa um exemplo da física moderna para explicar seu ponto de vista: as partículas de um acelerador são “internacionais” por princípio e, portanto, a pesquisa vai ser um reflexo disso (ainda que não necessariamente a apropriação de seus resultados). “Mas uma pesquisa na nossa área tem problemas nada triviais em relação aos seus dados e resultados. Nem tudo que é próprio da sociedade brasileira é julgado relevante para parcerias internacionais.” Partindo, por exemplo, de algo tão básico (e complexo) quanto a ideia de sociedade, tudo demanda dupla tradução e, portanto, duplicação de esforços. É preciso justificar por que o caso brasileiro é relevante para o mundo e explicar que a ideia de sociedade com que se lida não é a mesma do hemisfério Norte. “Se nada aqui é como lá, então meus pares julgam que perco relevância. Assim, os estudos de humanas já começam com um *handicap* bem desfavorável, e se constrói então a ideia de que a área é que é falha, e não os interesses”, diz Leirner, autor de *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida — Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica* (Alameda, 2020).

“É preciso que a gente deixe muito claro que as ciências humanas são ciências”, destaca Gabriel de Santis Feltran, coordenador da pós-graduação em sociologia da UFSCar e

pesquisador do Núcleo de Etnografias Urbanas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). “A gente não explica nada em ciências humanas por outro paradigma que não seja o da razão. Não é porque Deus quer que as coisas são como são; temos teorias muito sólidas nas ciências sociais e o zelo de produzir muita evidência empírica das afirmações que a gente faz”, diz o pesquisador, autor de *The entangled city: crime as urban fabric* (Manchester University Press, 2020) e *Irmãos: uma história do PCC* (Cia. das Letras, 2018).

### Dissecando a criminalidade

Uma das feridas que as ciências humanas e sociais têm tocado há anos no Brasil é a da criminalidade e da violência — sejam elas promovidas por gangues, perpetradas por homens fardados, estimuladas por autoridades ou disseminadas por políticas públicas mal concebidas. Com apoio da FAPESP, pesquisadores têm se debruçado sobre a expansão de milícias e facções criminosas pelo país, usando seu bisturi científico para dissecar fantasmas do passado e monstros do presente, que aterrorizam a sociedade.

Um projeto temático da Fundação, coordenado por Feltran e apoiado pela Agence Nationale de la Recherche (agência de fomento à ciência da França), estuda como os mercados ilegais transnacionais de drogas, armas e veículos roubados e como a desigualdade que se produz nessas cadeias globais de valor condicionam a violência urbana no país. “Os mercados de veículos roubados movimentam bilhões anualmente apenas no Brasil, e estão por trás da maioria das mortes cometidas por policiais em São Paulo”, pontua Feltran — que entre 2013 e 2019 foi diretor científico do

Automóveis de luxo e mercados de peças automotivas movimentam mercados e economias ilegais em cidades do mundo todo, incluindo São Paulo — tema de pesquisa de Gabriel Feltran, no Cebap

Centro de Estudos da Metrópole, um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepids) da FAPESP<sup>1</sup>.

Feltran também pesquisa as consequências políticas do crescimento de grupos armados nesses três mercados ilegais e nos chamados “mercados de proteção” (facções, milícias e polícias agindo de forma autônoma). Sua conclusão é que o Primeiro Comando da Capital (PCC), diferentemente de outras facções criminosas (como o Comando Vermelho carioca), não funciona como uma empresa nem como um grupo militar, mas se organiza como uma sociedade secreta, aos moldes de uma “maçonaria do crime”. Tal característica pulveriza sua operação econômica, distribuída em milhares de empreendimentos ilegais — e também legais —, cuja compreensão tem implicações diretas para o monitoramento e o combate a essas facções criminosas.

A doutora em antropologia social pela UFSCar Karina Biondi trabalhou na FAPESP durante 12 anos em funções administrativas e conciliou trabalho com a graduação em período noturno na FFLCH-USP, iniciada em 2004. Hoje lecionando na Universidade Estadual do Maranhão, ela escreveu os livros *Junto e misturado* (2010) e *Proibido roubar na quebrada* (2018), ambos pela editora Terceiro Nome. Suas investigações

<sup>1</sup> Mais informações sobre os Cepids da FAPESP no Fascículo 4.



GABRIEL FELTRAN

detectaram que tanto em prisões quanto em bairros urbanos havia sinais evidentes de controle da facção criminosa, mesmo sem a atuação de nenhum de seus membros. “Para onde você olhava, todas as práticas remetiam à facção. Como tem um cara aqui na resposta da cadeia em nome do PCC que não é da facção? Os presos respondiam: ‘A gente tem de garantir que seja uma cadeia conforme o PCC, porque no passado havia assassinatos, violência sexual, extorsão’. Os presos precisavam parar de brigar entre eles para fazer frente às opressões do Estado, sempre rememorando o massacre do Carandiru, que fica assombrando a vida prisional.”

Explorando essas questões, Biondi observou que não existiam no PCC organogramas ou hierarquias. “É diferente do Rio de Janeiro, em que tem o dono do morro e todo mundo sabe quem é.” Segundo a antropóloga, a falta de compreensão dessa característica gera uma série de mal-entendidos por parte dos organismos de Estado. “A resposta geralmente



é ‘vamos isolar os líderes’, como se punindo algumas pessoas você pudesse fragilizar a facção. O Estado dá essa resposta porque não entendeu que tirando uma pessoa vai aparecer outra, e a transferida vai levar essa ideia para outro lugar.” Praticamente todas as pesquisas sobre o tema indicam que uma melhoria na situação da segurança depende de uma guinada de política pública. “Parece que estamos querendo defender bandido, e não é nada disso. Estamos demonstrando que essa política de segurança multiplica o crime. Mas é muito difícil dialogar com essas pessoas que dizem ‘tem que prender, tem que matar’. A teimosia e os dogmas na segurança pública, como a própria tendência de aprisionamento em massa, só fazem as facções crescerem.”

Esse trabalho sólido dos cientistas de humanas apoiados pela FAPESP tem gerado subprodutos valiosos em vários formatos. *Irmãos*, de Feltran, foi adaptado como série documental sob o título “PCC: força secreta”, com estreia na HBO prevista para abril de 2022. Outro pesquisador que vem rompendo os limites dos círculos acadêmicos é Bruno Paes Manso, do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP, autor dos livros *A Guerra* (Todavia, 2018, com Camila Nunes Dias) e *República das milícias — Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro* (Todavia, 2020), que ganhou o Prêmio Jabuti 2021 na categoria Biografia, Documentário e Reportagem e baseou a produção de um *podcast* em oito episódios (Globoplay/Rádio Novelo), premiado como melhor do ano no Brasil pelo Deezer, uma das principais plataformas mundiais de *streaming* de áudio.

Manso foi repórter do jornal *O Estado de S. Paulo* entre 2004 e 2014. Escreveu sua tese conciliando o trabalho na redação com a pesquisa na USP. “O que a gente como jornalista tem

às vezes é a sensação de que está produzindo peças soltas de um quebra-cabeça.” O trabalho no NEV permitiu juntar peças. “Estou falando de coisas que aparecem no jornal, mas pensando um quadro mais amplo, para tentar compreender como é que chegamos até aqui.”

### **A compreensão do presente pelo passado**

Desde o início do mestrado, em 1992, Piero Leirner busca entender o que os militares pensam, como pensam e como transformam o que pensam em determinadas ações e comportamentos. “Procurei equacionar o modo pelo qual se relacionam com o mundo a partir de uma lógica da guerra, modulando suas doutrinas, ideologias e ações em função de desdobramentos daquilo que imaginam como um campo bélico. Nos últimos dez anos procurei ver isso dentro do campo das guerras de última geração, ditas psicológicas, cognitivas, informacionais ou híbridas”, explica o professor da UFSCar. Ele observa que a própria sociedade passou a ser encampada por essas formas de guerra, tanto no exterior quanto no Brasil. Até 2014 todas as pesquisas de Leirner tiveram apoio da FAPESP: mestrado, doutorado, jovem pesquisador. E dois auxílios regulares financiaram os projetos que constituíram a base de suas investigações, imprescindíveis para a compreensão da cultura militar e sua influência no cenário político-social brasileiro.

O mesmo vale para Singer, da USP, que há décadas busca entender como pensa o eleitorado brasileiro. A FAPESP esteve presente desde o começo de sua trajetória profissional, apoiando a publicação do seu primeiro livro, *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro* (Edusp, 2000), derivado de sua tese de

doutorado. Na obra ele busca relacionar as vitórias eleitorais de Fernando Collor de Mello, em 1989, e de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, a determinadas opções ideológicas, relacionadas a elementos de classe medidos por indicadores como renda e escolaridade. “Esse livro mostrou certos aspectos que vieram depois a reaparecer na atual conjuntura. Procurei mostrar como havia já naquele momento uma percepção daquilo que poderíamos chamar de conservadorismo popular”, afirma Singer. Em artigo recente na revista *Opinião pública* (“A reativação da direita no Brasil”), ele procura mostrar como o fenômeno Bolsonaro é uma retomada desse processo que já estava em germe na eleição de Collor. “O que estamos vendo hoje não caiu do céu, é algo que está bastante enraizado na história política brasileira.”

O pós-doutorado de Pécora, realizado na Universidade de Roma La Sapienza em meados dos anos 2000 e financiado em grande parte pela FAPESP, resultou no livro *Índice das coisas mais notáveis* (Hedra, 2010), que ele descreve como “um dicionário de ideias” do Brasil do século XVII. “Escrevi inteirinho lá dentro do Vaticano, onde trabalhei nos arquivos jesuíticos”, conta. “Todos os conflitos mais importantes da história colonial brasileira foram registrados pelos jesuítas, que eram os letrados da época. Quase tudo foi transferido, sobretudo depois da expulsão dos jesuítas do Brasil pelo Marquês de Pombal, para os arquivos romanos. Então, para conhecer a história da Colônia, dificilmente você pode prescindir do acesso a esses arquivos do Vaticano, e eu estive lá graças, ainda que não exclusivamente, a recursos da FAPESP. Sem esse auxílio não haveria como pesquisar questões fundamentais da história do Brasil.”

APOIO DA FAPESP  
PERMITE PESQUISAR  
QUESTÕES  
FUNDAMENTAIS PARA  
A COMPREENSÃO DA  
HISTÓRIA DO BRASIL

Brugioni, colega de Pécora no IEL, entrou na Unicamp após uma demanda de estudantes e professores por docentes que se dedicassem à área das literaturas africanas. Ela pesquisa majoritariamente o gênero literário do romance, em articulação com a chamada teoria crítica pós-colonial — estudos que se consolidaram nos anos 1990, nos Estados Unidos. “Cheguei ao Brasil, apresentei um projeto à FAPESP que foi financiado e me permitiu desenvolver pesquisas sobre Abdulrazak Gurnah, que veio a ser ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 2021. Por outro auxílio, iniciado em abril deste ano, estou fazendo pesquisa em uma série de países. A Fundação é uma instituição muito valiosa, muito bem organizada, que faz inveja às melhores fundações de fomento à pesquisa dos países chamados desenvolvidos. Um cenário sem a agência seria impossível.”

A necessidade estratégica do apoio da FAPESP ganha importância ainda maior em um contexto de forte refluxo de autoritarismos, em alta não apenas no Brasil. A cruzada

tacanha — com agenda política clara que a pesquisa científica séria já demonstrou não ser novidade — elege as humanidades como inimigo público, com uma animosidade que espanta até mesmo veteranos como Pécora: “Nunca houve um ataque tão sistemático aos pesquisadores, sobretudo aos de humanas. Mesmo no governo militar, (...) nunca houve um descaso escancarado assim pelo conhecimento”.

Para Cynthia Andersen Sarti, coordenadora de ciências humanas e sociais da FAPESP, que implantou essa área na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a pandemia de Covid-19 acabou se revelando um exemplo perfeito da importância das humanidades. “Está claro que, muito longe de ser apenas o combate a um vírus, é um combate a tudo que o propaga, que vai muito além do problema estritamente biológico”, comenta Sarti, que é livre docente no Departamento de Medicina Preventiva da Unifesp. “É claro que sem a pesquisa sobre como produzir uma vacina não se pode fazer nada, mas a vacinação adequada envolve sociedade, cultura. Não adianta apenas uma política pública que seja a mais correta do mundo, basta lembrar a Revolta da Vacina no começo do século XX”, quando a população se revoltou contra a obrigatoriedade de vacinação contra a varíola.

Fica claro por que qualquer democracia zelosa de sua saúde e empenhada em sua autodefesa promove as humanidades, em vez de atacá-las, financiando-as e nutrindo-se de seus frutos — que são, sim, aplicáveis em políticas públicas e podem assumir formas materiais diversas, como livros, documentários, *podcasts*, cursos. Sempre que as humanidades são atacadas, é certo que as exatas e biológicas também sofrerão consequências.

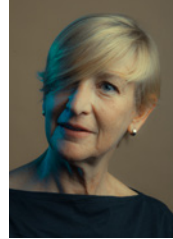


Charge de Leônidas sobre a Revolta da vacina, publicada na revista *O malho*, 29 de outubro de 1904

Fiel à sua missão, a FAPESP não só vem mantendo seu apoio histórico às humanidades, como também estimulando a articulação dos grupos de pesquisa com colegas de outros países — uma nova tendência da área. “Há todo um processo de internacionalização da nossa equipe, que hoje é muito grande. A gente trabalha com parceiros internacionais o tempo todo, participa de debates internacionais, são muitos ex-alunos que estão no exterior, eu mesmo estive nos últimos cinco anos em três países diferentes”, observa Feltran. Segundo Sarti, da Unifesp, esse esforço de internacionalização torna o apoio da FAPESP ainda mais indispensável. “Isso eleva os custos de deslocamento, mas o ganho é que agora estamos estudando outros contextos, o que tem sido muito rico nas ciências sociais, com um saber muito mais distribuído.” \_\_\_\_\_



# DESOBEDECER É PRECISO (NOTAS SOBRE A PESQUISA ARTÍSTICA)



Giselle Beiguelman | Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

A pesquisa no campo das artes tem características que muitas vezes dificultam a aprovação dos projetos nas agências científicas. Nos projetos cujo objetivo está relacionado à criação de um experimento, as metodologias mais significativas não podem ser antecipadas.

Para além das bases fundadoras, comuns a todas as investigações, como a pesquisa bibliográfica e a coleta de dados, as metodologias artísticas só são definidas no desenvolvimento do projeto. Afinal, são os procedimentos processuais, e não o produto, o lugar em que a pesquisa acontece.

Metodologias artísticas são forjadas no risco. Risco de não se chegar ao objetivo predeterminado, risco de escolha

e substituição dos seus materiais, risco de alteração no planejamento do cronograma, risco de seus maiores ganhos não poderem ser traduzidos em texto. Não espanta, portanto, que entre os projetos reconhecidos pelas agências de fomento à pesquisa preponderem nas aprovações as investigações de cunho teórico, voltadas para recortes historiográficos, analíticos e biográficos.

A importância desse tipo de enfoque, teórico e conceitual, é fundamental. Não se trata de minimizar sua relevância, nem recair na oposição vazia entre teoria e prática. A arte é uma forma de pensamento, não apenas de expressão. Produz conhecimento, conceitos, linguagens e, portanto, pressupõe a pesquisa. As práticas estéticas articulam maneiras de fazer, formas de dar visibilidade a esses modos de fazer e meios de pensar essas relações. É nessa combinação que reside a efetividade das metodologias artísticas.<sup>1</sup>

Diferentemente de outras áreas criativas, como o design, não cabe à arte dar respostas, mas sim fazer perguntas. Tensionar o presente para semear a dúvida (a dádiva do intelectual, segundo Montaigne) é um dos seus pressupostos de ação. É nesse horizonte que a arte mobiliza a transformação, a mudança.

Mas como articular essas prerrogativas aos modelos de submissão de projetos e relatórios vigentes? Seria possível a um artista-pesquisador submeter um projeto de um filme em formato audiovisual nos modelos atuais das agências de

---

1 Jacques Rancière. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução: Monica Costa Netto. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 13.

fomento? Ou um experimento artístico a partir de sua edição de referências sonoras ou pictóricas?

Vivemos, no Brasil, um momento desolador no que tange à cultura em geral e às artes em particular. O desmonte das políticas públicas compromete as artes de ponta a ponta, impactando não só os artistas, mas também o público, que empobrece em face da diminuição significativa das ofertas de exposições, apresentações e intervenções de todo tipo (urbanas, performáticas, ativistas, educacionais, entre outras não menos importantes).

Toda uma cadeia produtiva é afetada por esse desmonte e não cabe aqui demonstrar a evidência que a economia da cultura existe. A Covid-19 explicitou o que sempre se soube. Arte e cultura dependem de um amplo circuito de profissionais e indústrias que foi profundamente impactado pela falta de solidez de nossas instituições e fragilidade dos compromissos da iniciativa privada com esse setor. Nesse sentido, fomentar a pesquisa em arte é apostar também na sustentabilidade social.

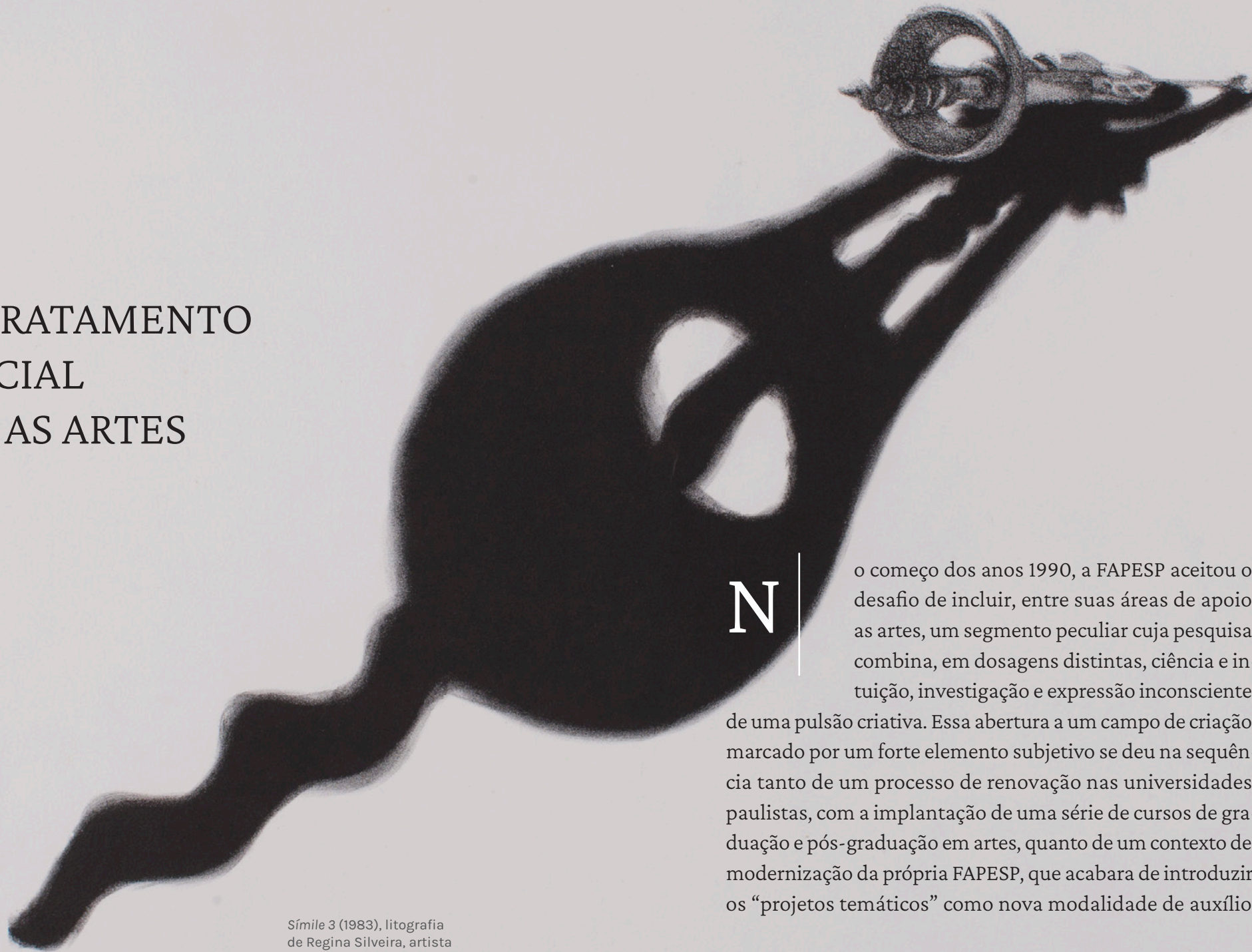
Mas essa sustentabilidade social depende sobretudo do fôlego dos seus foros críticos. São eles os “motores” que podem fazer as dinâmicas sociais operarem a partir de eixos inusitados, propondo rearranjos simbólicos nas suas relações de pertencimento, de poder, de modos de usar e de construir mundos.

Os ataques sistemáticos que a arte e a cultura sofrem atualmente dão a medida do poder de subversão da ordem que a pesquisa artística traz consigo. Quando falamos no empobrecimento do público, portanto, falamos do empobrecimento do que é público, do bem comum, da capacidade

de inventar outros futuros. É essa a razão do desmonte da cultura que ataca as bibliotecas, os museus, o patrimônio histórico e, especialmente, a arte que é feita como pesquisa, e não apenas entretenimento.

Nada contra o entretenimento em si. Só os devotos do capitalismo selvagem acreditam que é possível viver sem lazer e momentos de suspensão. Mas a arte-pesquisa vai além disso. Seu compromisso primordial é a proposição de rotas alternativas que nos permitam quebrar as regras, propondo um uso menos “funcionário” do mundo. Desobedecer é o verbo da pesquisa artística. Por isso ela é alvo dos governos autoritários. Por isso é fundamental fomentá-la. —

## UM TRATAMENTO ESPECIAL PARA AS ARTES



*Símile 3* (1983), litografia  
de Regina Silveira, artista  
precursora na obtenção  
de bolsa da FAPESP para  
criação artística

N

o começo dos anos 1990, a FAPESP aceitou o desafio de incluir, entre suas áreas de apoio, as artes, um segmento peculiar cuja pesquisa combina, em dosagens distintas, ciência e intuição, investigação e expressão inconsciente de uma pulsão criativa. Essa abertura a um campo de criação marcado por um forte elemento subjetivo se deu na sequência tanto de um processo de renovação nas universidades paulistas, com a implantação de uma série de cursos de graduação e pós-graduação em artes, quanto de um contexto de modernização da própria FAPESP, que acabara de introduzir os “projetos temáticos” como nova modalidade de auxílio.





Cenas de São Paulo – *Sinfonia e cacofonia* (1994), documentário de Jean-Claude Bernardet montado a partir de amplo acervo de filmes sobre a cidade



Esses projetos se revelariam chave numa política de estímulo a pesquisas em qualquer campo do conhecimento com objetivos científicos ambiciosos, levadas a efeito por grupos grandes de pesquisadores, muitas vezes multidisciplinares, e com um recorte temporal amplo, em que o período de quatro anos seria o horizonte mínimo.

Nesse movimento, para além das bolsas e auxílios tradicionais a pesquisadores individuais nas artes, normalmente associados a estudos sobre algum artista, movimento ou teoria da arte — na maioria das vezes seguindo modelos próprios das humanidades —, a instituição se abriu ao financiamento de criações artísticas que pressupunham pesquisa e a receber como resultado do trabalho algo muito diferente de um relatório tradicional.

Há precedentes relevantes a essa prática antes mesmo dos anos 1990. “Houve um movimento na USP [Universidade de São Paulo] do qual eu fiz parte, não só da área de visuais, mas envolvendo outras, como o cinema e a música, que pretendia provar que o que nós fazemos como reflexão é tão valoroso como um *paper* de química”, conta Regina

Silveira, uma precursora entre os artistas a receber apoio para a produção de uma obra de arte. A FAPESP financiou a produção do álbum de gravuras *Simulacros*, seu projeto de doutorado, apresentado ainda em 1984. Peça fundamental da produção de Silveira, esse conjunto de gravuras está atualmente em exposição no Museu de Arte Contemporânea de São Paulo (MAC-USP), na mostra *Regina Silveira: outros paradoxos*, uma retrospectiva com mais de 180 obras da artista que pode ser vista até julho de 2022.

Outra obra seminal que deve sua existência ao apoio da Fundação é *São Paulo — Sinfonia e cacofonia*, filme realizado por Jean-Claude Bernardet a partir de um amplo levantamento e sistematização do acervo de filmes sobre a cidade de São Paulo. No início dos anos 1990, Bernardet e um grupo de colegas da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) já vinham delimitando o repertório, assistindo e catalogando aproximadamente 350 filmes, de diferentes gêneros, com financiamento obtido junto à reitoria da USP. Quando soube que a FAPESP abria as submissões para projetos temáticos,

REPRODUÇÃO YOUTUBE

decidiu apresentar uma ousada proposta de realização de duas produções, com base naquele trabalho prévio.

“Estudei o edital e percebi que se continuássemos com o catálogo não íamos conseguir nada, então decidi bolar um grande projeto”, ele conta. A proposta contemplava a produção de dois filmes sobre a percepção de São Paulo pelo cinema paulista, um dirigido por ele e outro, *São Paulo — Cinemacidade*, por Aloysio Raulino. A realização das obras demandava uma nova moviola, que foi importada da Itália junto com um equipamento sonoro digital, material posteriormente incorporado à universidade.

*São Paulo — Sinfonia e cacofonia*, lançado em 1994 com excelente recepção, não exigiu filmagem extra. A obra é constituída exclusivamente por trechos de obras de outros autores, ressignificadas numa montagem cuidadosamente equilibrada para evitar que se tornasse uma colcha de retalhos e garantir que adquirisse uma coesão interna. Para isso, Bernardet deixou logo claro que era preciso esquecer o trabalho anterior, dando espaço a uma leitura mais afetiva, poética, do material. “Eu disse: ‘estamos há dois anos pesquisando, agora peço que vocês esqueçam tudo. Recorrendo a fichas não se faz filmes’”, lembra ele, sublinhando o espanto com que a equipe recebeu sua fala. Tanto a montagem, feita por Maria Dora Mourão, que desde o início integrou o grupo e sempre identificou as possibilidades de financiamento, como a trilha sonora, assinada por Lívio Tragtemberg e Wilson Sukorski, são fundamentais para criar uma tensão, uma dimensão emocional um tanto angustiante, que traduz, como diz Bernardet, “a ansiedade de viver em sociedade, algo que vai se formando e não se forma nunca”.

Marília de Andrade, que ajudou na implantação do Instituto de Artes da Unicamp e na criação de seu departamento de dança em 1985, lembra-se bem desse momento inicial de introdução das artes no ambiente das agências de fomento. Coreógrafa, bailarina e intérprete, Marília também tinha uma sólida formação em metodologia, era doutora em psicologia social pela Universidade Columbia, nos Estados Unidos, e exibia vasta experiência em pesquisas educacionais na Fundação Carlos Chagas, o que foi de grande ajuda no processo de criação do segundo curso de graduação em dança do Brasil — só existia até então o da Universidade Federal da Bahia (UFBA), cuja Escola de Dança foi criada em 1956.

Essa dupla e consistente formação levou ao convite para que integrasse a assessoria da Diretoria Científica (DC) da FAPESP, na área de ciências humanas e sociais, com foco principalmente nos projetos de arte e de comunicação, submetidos em número crescente. “Foram quatro anos de trabalho de formiguinha”, lembra ela, sublinhando que muitas vezes havia uma inadequação entre a qualidade um tanto precária do projeto e o enorme potencial que continha. “Era todo um esforço de aproximação que fazíamos entre dois universos para avaliar âmbitos não mensuráveis entre si”, relembra.

Em seu próprio trabalho criativo, a associação entre pesquisa e intuição é muito presente, como no espetáculo *Impressões brasileiras*, baseado em *Cobra Norato*, de Raul Bopp, com música de Villa-Lobos, que estreou em 1987. Filha do escritor Oswald de Andrade, Marília Andrade conta que leu e releu os escritos do pai, de Mário de Andrade e de outros autores associados ao Movimento Modernista, em busca de elementos para o espetáculo. “Não consigo separar intuição





*Impressões brasileiras* (1987),  
de Marília de Andrade,  
inspirado em *Cobra Norato*, de  
Raul Bopp, com música de  
Villa-Lobos e muita pesquisa  
sobre os modernistas

e pesquisa, mas toda hipótese vem de um *insight*, não adianta só ler, estudar. Tem uma hora em que a maçã cai na cabeça”, diz. Em sua visão, existe, sim, um método no trabalho artístico. “Começa com uma disciplina férrea e ao mesmo tempo é preciso liberar o inconsciente, encontrar uma individualidade, aquilo que você quer expressar. Como descrever isso em um relatório?”

### **Inovação, debate e resistência**

A discussão sobre o modelo apropriado de apoio da FAPESP ao campo das artes foi deflagrada ainda na gestão do diretor científico Flávio Fava de Moraes (1985-1993), observa Luiz Henrique Lopes dos Santos, coordenador da área de ciências humanas e sociais de 1989 a 1996 e assessor adjunto da DC para a mesma área de 1999 ao começo de 2021, quando passou a exercer essa função na área de ética da pesquisa e divulgação científica. Havia então uma grande resistência a essa abertura às artes, a tal ponto, lembra Lopes dos Santos, que havia quem achasse que nem a área de filosofia deveria receber financiamento. Entretanto, a abertura se impôs e tornou-se uma preocupação de todos os diretores científicos, que passaram a defender a cultura como parte da infraestrutura da pesquisa em São Paulo.

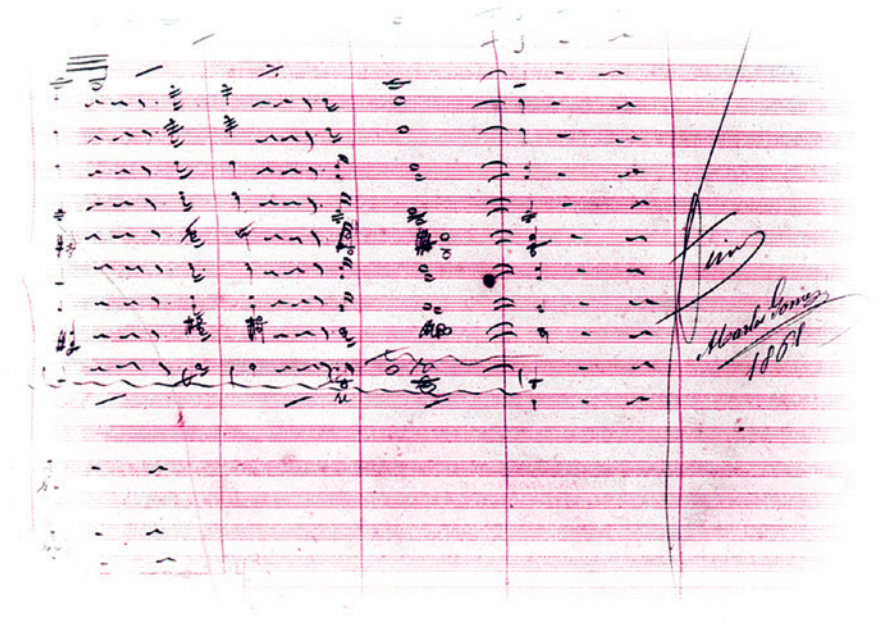
“Naquele primeiro momento já ficou claro que estávamos lidando com dois conceitos de ciência”, ele observa. “Um deles, restrito, considerava apenas as investigações de caráter abstrato, do campo das ciências naturais e exatas, enquanto para o outro, mais amplo, ciência era qualquer conhecimento racional metodicamente construído” — e foi, claro, este segundo conceito, já então bastante consolidado nas práticas

Financiamento para resgatar em leilão a partitura assinada de A noite do castelo, de Carlos Gomes, foi aprovado em tempo recorde

da instituição, que a FAPESP inseriu em seu Código de Boas Práticas em 2011 (*ver mais detalhes na reportagem da página 7*). Mas há que se destacar um ponto fundamental na sistemática da concessão de apoio a projetos de arte, ou seja, sua capacidade de gerar conhecimento compartilhável, de ter um efeito multiplicador. “Se não puder transmitir algum benefício, não é função da FAPESP apoiá-lo”, resume Lopes dos Santos.

É precisamente avaliar essa contribuição e ampliar o alcance de seus resultados um dos maiores desafios para a área, segundo Fernando Iazzetta, coordenador da área de artes na Fundação de 2009 a 2021. Professor do Departamento de Música da USP, ele observa que uma especial dificuldade nesse sentido vem do fato de, em boa parte da área de humanidades, o investigador estar dentro de seu objeto, diferentemente do que se passa nas ciências naturais e exatas, em que o objeto é externo à experiência do pesquisador. Na arte, ele diz, essa relação é ainda mais intensa, “a experiência que o artista tem falando e fazendo o seu trabalho é muito particular, praticamente impossível de compartilhar”.

Daí a crescente importância de apoio a projetos de grande dimensão, com intensa capacidade de agregar pessoas de diferentes níveis na pesquisa, da iniciação científica ao pós-doutorado, e que muitas vezes trazem benefícios materiais para as unidades em que estão abrigadas. Iazzetta,



por exemplo, esteve à frente de dois projetos temáticos e, no mais recente, “Mobile: processos musicais interativos” (2009-2013), lidou diretamente com a interação entre as várias instâncias da criação e fruição musical, envolvendo música, artes visuais, ciência da computação e engenharia. Desse temático resultou o NuSom, Núcleo de Pesquisas em Sonologia, que hoje ele coordena na USP.

Ainda no campo da música, o “Musicar local”, coordenado por Suzel Ana Reily, professora de etnomusicologia do Instituto de Artes da Unicamp, com a colaboração de 80 pesquisadores, “tem formado muita gente extraordinária, para lá de multiplicadora”, diz Flávia Toni, uma das pesquisadoras principais do temático. Musicóloga, atual vice-diretora do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Toni lembra também a importância da parceria da FAPESP com o



Reforma do altar-mor e teto  
da Igreja Nossa Senhora da  
Candelária, em Itu (SP).  
Foto do banco de imagens  
criado por Percival Tirapelli

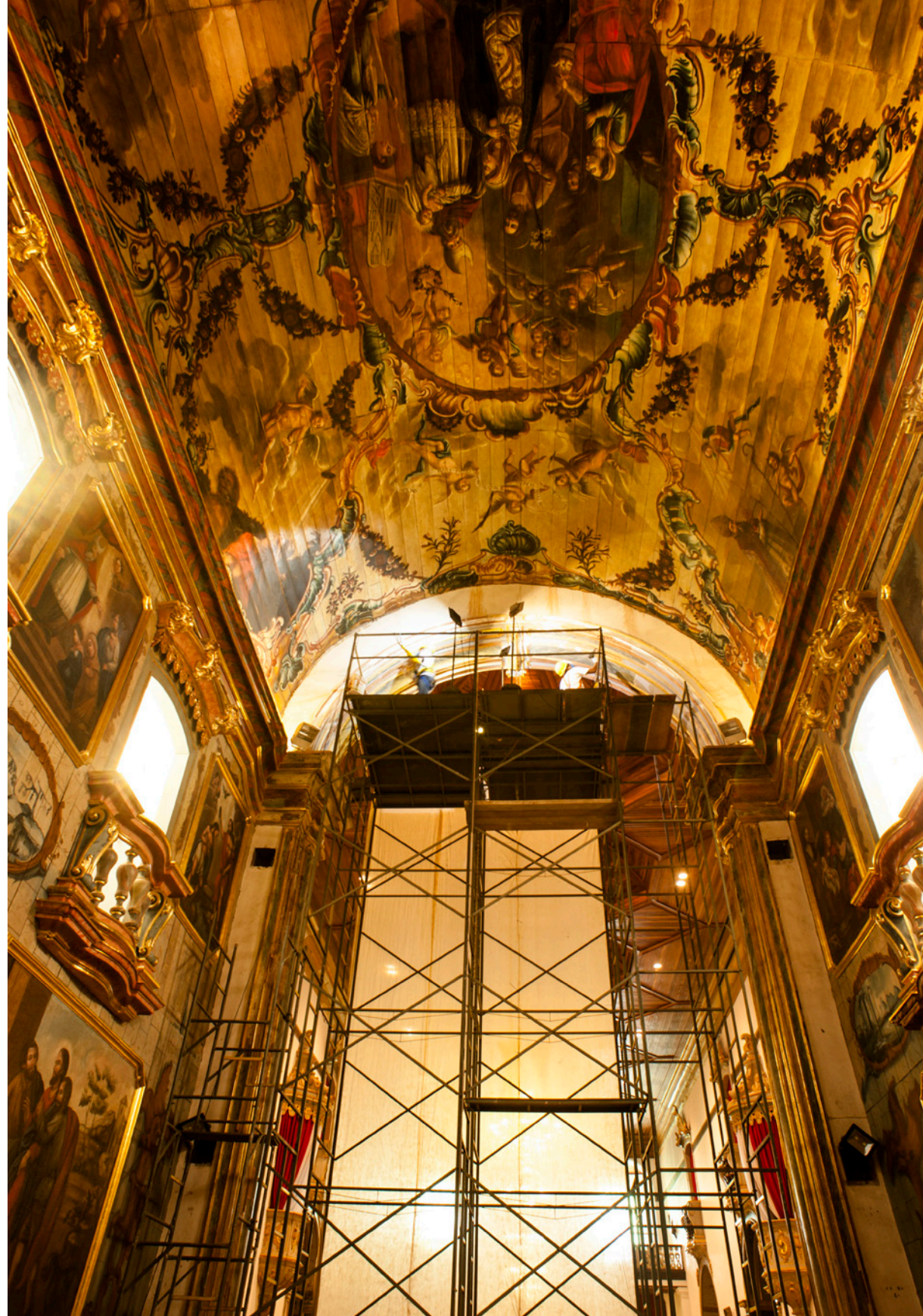
IEB, no estudo, catalogação e organização da coleção Mario de Andrade, sob a guarda da instituição, projeto orientado pela professora Telê Ancona Lopes. Trata-se de um volume gigantesco de material, de importância fundamental para uma maior compreensão do modernismo brasileiro e do pensamento do escritor, crítico e musicólogo, que foi sendo trabalhado por estudiosos de diferentes gerações desde sua inclusão na coleção, na década de 1960. Toni lembra ainda um financiamento aprovado em tempo recorde pela FAPESP para garantir a compra num leilão, em 1999, de uma célebre partitura da primeira ópera de Carlos Gomes em português, *A noite do castelo*, hoje uma das atrações do acervo de música do IEB.

#### **A força do empenho pessoal**

Dois exemplos distintos ajudam a corroborar a ideia de que os temáticos em artes costumam frutificar e mesmo dar frutos inesperados ao longo do tempo, ou seja, o resgate feito por Percival Tirapelli da arte barroca em São Paulo e o trabalho de Flo Menezes em música eletroacústica, ambos professores da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Primeiro, o apoio da FAPESP a Tirapelli permitiu a criação de um banco de imagens de igrejas barrocas, aberto ao público, que embasa estudos nacionais e internacionais. O próprio pesquisador, por efeito da catalogação e divulgação da

LÉO RAMOS CHAVES / PESQUISA FAPESP







Ritos de perpassagem  
NeutrínÓpera em dois  
Trans-Atos, do compositor  
Flo Menezes, trabalho  
artístico sempre com dupla  
face: criação e pesquisa

visualidade sacra, já produziu cerca de 30 publicações sobre o tema, com destaque para o livro *Arte sacra colonial*, de 2000, um momento em que a visibilidade conferida pelas celebrações do Descobrimento aumentou o interesse do público e dos estudiosos pela arte colonial brasileira. Um outro efeito surpreendente desse estudo mais atento sobre a cultura material presente nas igrejas de todo o país é que, segundo Tirapelli, ele acabou por estimular as igrejas a preservar melhor seu acervo e a procurar a ajuda de restauradores. “De repente o barroco paulista deixou de estar só dentro das revistas do Museu Paulista, das comemorações, e ganhou uma nova importância”, celebra ele.

Flo Menezes, por sua vez, diz que ele deve ser o artista com a relação mais duradoura com a FAPESP. Afinal, obteve a primeira bolsa da Fundação ainda aos 22 anos, para uma pesquisa de iniciação científica que terminou dando nascimento a uma publicação de referência em sua área, *A apoteose de Schoenberg*. Depois disso ele foi estudar música eletrônica na Alemanha com uma bolsa local, mas conseguiu um auxílio de US\$ 300 da FAPESP a título de ajuda de custo. O grande projeto resultante do apoio da Fundação, entretanto, é o Studio PANaroma, nome que homenageia a geração de poetas concretistas de São Paulo, da qual seu pai fazia parte. Na verdade, trata-se de um enorme estúdio de 303 metros quadrados no campus da Unesp na Barra Funda e que, segundo Menezes, é um dos mais bem equipados do mundo. Pelas suas estimativas, a Fundação investiu cerca de R\$ 2,1 milhões no prédio, dentro do Programa de Infraestrutura, além de ter apoiado mais recentemente o temático “Harmonicidade e inarmonicidade em instrumentos da família percussão/ressonância em



interação com a eletrônica”, que reúne quinze pesquisadores de diferentes instituições e está em curso até 2024.

“Os meus projetos têm sempre uma dupla faceta: a criação e a pesquisa”, enfatiza Menezes, reafirmando assim, mais uma vez, que o que une a ciência e a arte, na universidade, é a pesquisa. Sua trajetória também ilustra de certo modo a resposta dada por José Goldemberg, que presidiu a FAPESP entre 2015 e 2018, sobre o volume ainda restrito de apoio às artes pela agência. Ao enfatizar que seu modelo de funcionamento não é o de guiar, mas de responder às demandas, ele ainda identifica uma certa timidez por parte dos potenciais demandantes, fator que limitaria a expansão da área. E torce para que essa procura cresça e permita um incremento do apoio à cultura e às artes. Em outras palavras, como diz Luiz Henrique Lopes do Santos, a partir da longa e atenta observação da relação entre a FAPESP e as artes, “a ousadia é elemento essencial dessa parceria”. \_\_\_\_\_



FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**PRESIDENTE**

Marco Antonio Zago

**VICE-PRESIDENTE**

Ronaldo Aloise Pilli

**CONSELHO SUPERIOR**

Dimas Tadeu Covas, Helena Bonciani  
Nader, Ignácio Maria Poveda Velasco,  
Liedi Legí Bariani Bernucci, Mayana Zatz,  
Mozart Neves Ramos, Pedro Luiz Barreiros  
Passos, Pedro Wongtschowski, Thelma  
Krug, Vanderlan da Silva Bolzani

**CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

**DIRETOR-PRESIDENTE**

Carlos Américo Pacheco

**DIRETOR CIENTÍFICO**

Luiz Eugênio Mello

**DIRETOR ADMINISTRATIVO**

Fernando Menezes de Almeida

---

**FAPESP 60 ANOS  
CIÊNCIA, CULTURA  
E DESENVOLVIMENTO**

**EDITOR-CHEFE**

Carlos Vogt

**EDITORES-EXECUTIVOS**

Herton Escobar, Mariluce Moura,  
Mayumi Okuyama (arte)

**REPORTAGEM**

Bruno de Pierro, Maria Hirszman,  
Ricardo Muniz

**INFOGRAFIA**

Glauco Lara

**PESQUISA ICONOGRÁFICA**

Vladimir Sacchetta

**DESIGNER**

Felipe Braz (digital)

**ILUSTRAÇÃO (capa)**

Ana Matsusaki

**REVISÃO**

Mauro de Barros



[60ANOS.FAPESP.BR/LIVRO](http://60ANOS.FAPESP.BR/LIVRO)